

Um aspecto da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais*

Danielle Carusi Machado**

Professora Adjunta da Faculdade de
Economia da UFF

Ana Flávia Machado***

Professora da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFMG

Resumo

O fenômeno de subocupação por horas trabalhadas reflete a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada; logo, está relacionado ao tempo adicional que a pessoa nessa situação deseja e está disponível para trabalhar durante o período de referência. O objetivo deste trabalho é descrever o perfil dos ocupados que estão insatisfeitos com a jornada de trabalho, por considerá-la insuficiente, tendo-se em contrapartida aqueles que se declaram satisfeitos. Na literatura brasileira, esse trabalho de aplicação aos dados da PME é inédito. Pretende-se responder às seguintes questões: há diferenças entre as regiões metropolitanas? Insuficiência de horas trabalhadas está associada à insuficiência de renda no sentido de rendimento abaixo da média? Em que medida se pode associá-la à pobreza? Existem grupos demográficos mais sujeitos a essa situação, ou não?

Palavras-chave

Subocupação; jornada de trabalho; mercado de trabalho.

* Artigo recebido em jan. 2010 e aceito para publicação em jul. 2010.

** E-mail: dani_carusi@hotmail.com

*** E-mail: afmachad@cedeplar.ufmg.br

Abstract

The working time underemployment reflects the underutilization of productive capacity of the labor force occupied, so, it is related to additional time people in this situation desires and disposes to work during a reference period. This phenomenon could be computed by the working time people would be able to work in addition to working time effectively worked during the week. The main objective of this article is to describe the profile of occupied person who are not satisfied with working time because they consider this journey insufficient to person who are satisfied. In Brazilian literature, this phenomenon has not been analyzed yet. We want to answer the following questions: are there differences between regions? Working time underemployment is linked to income under the medium income? Is there a relation with poverty? Are there any groups more subjected to this situation or not?

Key words

Underemployment; working time; labor market.

Classificação JEL: J01, J28.

1 Introdução

A subocupação é parte integrante da estrutura de mensuração da força de trabalho, sendo calculada com base nas capacidades correntes e na situação de trabalho das pessoas ocupadas. As estatísticas de subocupação são usadas para complementar os indicadores tradicionais sobre o mercado de trabalho: ocupação, desocupação e inatividade, segundo a OIT (1998).

O fenômeno de subocupação por horas trabalhadas reflete a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada. Essa subutilização ocorre devido ao mau funcionamento do sistema econômico. Uma pessoa pode ser classificada como subocupada quando deseja encontrar uma ocupação alternativa a que possui e nela se engajar. A subocupação por horas de trabalho existe quando a jornada de trabalho da pessoa ocupada é insuficiente em relação a uma alternativa ocupacional à qual a pessoa deseja e está disponível para aceitar.

Segundo a OIT (1998), para uma pessoa ser classificada como subocupada por horas de trabalho, ela deve atender aos seguintes critérios:

- **desejar trabalhar mais horas adicionais**, ou seja, querer outra ocupação (ou outras ocupações), adicionalmente à sua ocupação atual, de forma a aumentar o número de horas de trabalho; aumentar a jornada de trabalho em qualquer um dos postos em que está vinculado; ou uma combinação dessas duas opções. A procura por horas adicionais deve ser efetiva, de forma similar à procura efetiva por uma ocupação;
- **estar disponível para trabalhar horas adicionais**, ou seja, deve estar pronta, dentro de um período de tempo subsequente específico, para trabalhar horas adicionais dadas as oportunidades de trabalho adicional. Esse período subsequente de tempo é definido conforme as circunstâncias nacionais, considerando o período que normalmente é requerido para um trabalhador deixar uma ocupação para iniciar outra;
- **ter uma jornada de trabalho menor que um determinado limite**, ou seja, pessoas cujas horas de trabalho habituais em todos os trabalhos do período de referência estão abaixo de um determinado limite, definido conforme o contexto do país. Esse limite pode ser determinado pelos limites entre a ocupação em tempo integral e a em tempo parcial, pelos valores medianos, médios, por normas definidas conforme legislação específica, acordos coletivos ou práticas laborais dos países.

O volume da subocupação por horas de trabalho está relacionado ao tempo adicional que a pessoa nessa situação deseja e está disponível para trabalhar durante o período de referência. Pode ser computado a partir das horas de trabalho que poderia trabalhar, além das que efetivamente trabalhou na semana, bem como considerando o quão afastada a sua jornada de trabalho está da jornada regulamentada no país.

Na nova metodologia da **Pesquisa Mensal do Emprego (PME-IBGE)**,¹ iniciada em 2002, existe um pergunta específica para avaliar o desejo das pessoas ocupadas de trabalharem horas adicionais à sua jornada de trabalho efetiva. A partir dessa pergunta, pode-se identificar um grupo de pessoas que não estão satisfeitas com a sua inserção na atividade econômica.

O objetivo deste trabalho é, portanto, descrever o perfil dos ocupados que estão insatisfeitos com a jornada de trabalho, por considerá-la insuficiente, tendo-se, em contrapartida, aqueles que se declaram satisfeitos. Conforme estabelecido pela OIT (1998), para a pessoa ser classificada como subocupada, ela deve atender aos três critérios acima. No caso do Brasil metropolitano, cerca de 24% da população ocupada estava inserida na atividade econômica com

¹ Ver IBGE (2002).

jornada inferior a 40 horas semanais. Grande parte dos trabalhadores ocupados tem jornada entre 40 e 44 horas na semana (mais de 40% nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, segundo a PME). Neste artigo, para computarmos a subocupação, consideramos dois critérios: que o trabalhador deseje trabalhar horas adicionais às efetivamente trabalhadas e que tenha uma jornada de trabalho inferior a 30 horas semanais.

Na literatura brasileira, esse trabalho de aplicação aos dados da PME é inédito. Pretendemos responder às seguintes questões: há diferenças entre as regiões metropolitanas? Insuficiência de horas trabalhadas está associada à insuficiência de renda no sentido de rendimento abaixo da média? Em que medida podemos associá-la à pobreza? Existem grupos demográficos mais sujeitos a essa situação, ou não?

Dividimos o artigo em seis seções: na seção 2, descrevemos o modelo de oferta de trabalho, a seguir, na seção 3, a base de dados utilizada. Na seção 4, fazemos uma análise do mercado de trabalho regional. Na 5, traçamos as principais características dos trabalhadores ocupados que desejam trabalhar mais horas, diferenciando-os do grupo de trabalhadores ocupados que estão satisfeitos com sua jornada de trabalho. Nas **Considerações finais**, apresentamos também linhas de pesquisa futuras.

2 Algumas referências teóricas sobre a oferta de trabalho

A alocação de tempo entre trabalho e lazer é tratada na literatura (Ashenfelter; Heckman, 1972) como uma escolha, na qual o indivíduo, tendo em conta as suas preferências e os seus atributos pessoais, decide entrar no mercado de trabalho, o que é denominado decisão na margem extensiva, e, em seguida, quantas horas irá dedicar-se ao trabalho, decisão na margem intensiva.

A função de oferta de trabalho é derivada de um modelo genérico de demanda do consumidor, com uma dotação fixa de bem dividida em uma parte comprada no mercado e a outra produzida em casa. No caso da oferta de trabalho, a dotação fixa é representada pelo tempo total disponibilizado para o lazer e o trabalho.²

² O conceito de oferta de trabalho vem do arcabouço teórico de economia do trabalho. Para maiores detalhes, ver Ehrenberg e Smith (1995).

Assumindo mercado competitivo e perfil homogêneo dos trabalhadores, o indivíduo tomará a decisão de entrar no mercado de trabalho se o seu salário de reserva, ou o valor implícito do tempo, for inferior ao salário de mercado. Em caso contrário, preferirá permanecer na inatividade. Uma vez selecionado um número positivo de horas para ofertar ao mercado, a condição de primeira ordem para uma restrição requer que bens e horas de trabalho sejam escolhidos tal que a taxa marginal de substituição de horas trabalhadas seja igual ao salário real.

Muitos são os problemas com esse modelo teórico. Em primeiro lugar, não há uma escolha livre de horas trabalhadas, especialmente no caso de assalariados, onde a jornada é, muitas vezes, definida por legislação trabalhista ou por normas empresariais. Em segundo, as decisões dos indivíduos no mercado de trabalho não estão apenas associadas à contraposição entre salário de reserva e salário de mercado; existem outras vantagens não pecuniárias, e mesmo pecuniárias, que afetam a participação, ou não, no mercado de trabalho. Não há uma única taxa de salário, como pressupõe o mercado competitivo, mas um amplo leque de remunerações vinculadas ao perfil dos setores e/ou das ocupações. Além disso, a heterogeneidade presente na composição da força de trabalho gera respostas diferenciadas às ofertas de postos de trabalho. Por fim e, sobretudo, em especial para a mão de obra menos qualificada, a forma de inserção é muito mais por falta de oportunidades do que por escolha.

Rissman (2003) analisa a relação entre desemprego e auto-ocupação; justifica a entrada na atividade econômica como trabalhador por conta própria, que pode ser estendida à condição de um trabalhador subocupado: um trabalhador pode escolher essa condição para complementar a renda familiar até que haja oportunidades em postos de melhor qualidade. Desse modo, a subocupação pode ser entendida como uma alternativa *second best*.

Mortensen (1970), em seu modelo de busca por trabalho sob incerteza, afirma que procurar emprego é algo custoso, e o resultado é incerto. No caso brasileiro, essa situação é ainda mais difícil, posto que a cobertura do seguro-desemprego é baixa. Apenas assalariados com carteira de trabalho e com determinado período de experiência têm acesso ao benefício. Assim, podemos interpretar que o indivíduo, enquanto procura ou aguarda a oportunidade, se envolve em atividades em que a jornada de trabalho é menor, para, até mesmo, poder manter o processo de busca. Certamente, muitos desses poderão tornar-se desencorajados, uma vez que a oportunidade não se realiza em um longo período de tempo.

Ademais, a experiência brasileira é de um mercado de trabalho bastante segmentado. Sem considerar a complexidade dos arranjos e das relações econômicas, basicamente, podemos classificá-lo em três estruturas: uma mais formalizada, com emprego de tecnologia mais avançada, onde são mais nítidas

as características de mercados internos de trabalho; a segunda compreenderia empresas registradas com emprego de mão de obra assalariada atuando em mercados mais concorrenciais; e, por fim, um expressivo contingente da força de trabalho, cerca de 50% dos ocupados que se inserem no mercado de trabalho informal, como assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Certamente, aqueles que se declaram com disponibilidade para trabalhar mais horas se encontram nesse terceiro segmento.

3 Base de dados

A base de dados é a PME do período de 2002 a 2008 para todas as regiões metropolitanas que compõem a pesquisa. A amostra é composta por indivíduos ocupados, com idade igual ou superior a 10 anos, que não são pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregados domésticos no domicílio e que apresentam rendimento no trabalho principal.

Os indivíduos foram separados por região metropolitana, conforme o seu desejo de trabalhar mais horas. Este é captado pela pergunta da PME: “[...] gostaria de trabalhar além do número de horas que efetivamente trabalhou na semana de ../.. a ../.. (semana de referência)?” Em nossa análise, se o indivíduo responde sim, significa que deseja trabalhar mais horas, sendo classificado na nossa análise como subocupado por insuficiência de horas. Vale destacarmos que também analisamos um subconjunto desses trabalhadores subocupados composto pelos que possuem jornada inferior a 30 horas semanais. A ideia é separar dos trabalhadores subocupados aqueles que desejam trabalhar mais para ganhar horas extras.

Os atributos pessoais selecionados são: sexo (homem = 1), declaração de cor (branco = 1), média de anos de estudo³, média de idade e se era chefe do domicílio. No que tange às características de inserção no mercado de trabalho, além do rendimento habitual por hora médio e da jornada média habitual mensal, são consideradas outras variáveis. Selecionamos aquelas que descrevem a categoria ocupacional e o setor (formal ou informal) onde a ocupação se insere. A variável **categoria ocupacional** é construída através do grupo ocupacional do indivíduo, agregando-o conforme a qualificação requerida. A sugestão desse critério é definida pela própria Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Logo, as categorias ocupacionais são classificadas conforme as seguintes qualificações: superior (= 1), média (= 2) e manual (= 3) (ver variáveis no Quadro 1).

³ Algoritmo variando de zero a 15 anos de estudo.

Quadro 1

Variáveis selecionadas

VARIÁVEIS	DEFINIÇÃO
Sexo	Homem Mulher
Cor	Branco Não branco
Escolaridade	Média do total de anos de estudo completos
Idade	Média da idade completa
Posição no domicílio	Se chefe do domicílio
Rendimento	Rendimento habitual por hora médio do trabalho
Jornada	Jornada média habitual semanal
Ocupação	Informal , trabalhador por conta própria (sem profissionais liberais), empregado sem carteira assinada, empregadores até cinco empregados. Formal , empregado com carteira assinada e funcionário público, demais empregadores, militares, profissionais liberais.
Ocupação	Construída com base na demanda por qualificação: superior, média e manual.

O setor informal é formado pelas seguintes posições na ocupação: empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria (excluindo profissionais liberais) e empregadores com até cinco empregados. Os demais (assalariados com carteira, profissionais liberais, empregadores, funcionários públicos e militares) constituem o setor formal do mercado de trabalho.

4 Análise do mercado de trabalho metropolitano⁴

O mercado de trabalho regional no Brasil é bastante distinto.⁵ As regiões metropolitanas nordestinas, como as de Salvador e Recife, embora tenham recebido aportes de recursos que reforçaram investimentos industriais expressivos, perderam muito com o processo de reconcentração nas Regiões Sudeste e Sul, nos últimos anos, particularmente a de Recife. A alternativa para geração de empregos é, em grande medida, o setor serviços, especialmente voltado para o turismo.

Por outro lado, a Região Metropolitana de Belo Horizonte integrou-se ainda mais ao eixo dinâmico da economia brasileira, dada a transferência de atividades da metrópole paulista. A metrópole carioca sofreu com a estagnação econômica, haja vista o declínio da indústria naval e siderúrgica, mas, por outro lado, beneficiou-se com o transbordamento de recursos advindos do crescimento da indústria petroleira no Estado.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), por sua vez, extrapola a perspectiva regional para a nacional e, quiçá, latino-americana, em virtude do processo de reestruturação consolidado pelo Mercosul (Tabela 1).

Tabela 1

Médias anuais das taxas de desemprego aberto, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	12,5	15,2	10,6	10,1	12,8	8,8	11,7
2003	13,8	16,9	10,9	9,2	14,1	9,5	12,4
2004	12,7	16,2	10,7	9,1	12,7	8,7	11,5
2005	13,3	15,6	8,8	7,7	10,3	7,4	9,9
2006	14,6	13,8	8,5	7,9	10,6	8,0	10,0
2007	12,1	13,8	7,6	7,2	10,1	7,3	9,4
2008	9,3	11,6	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

⁴ Destacamos que analisamos os dados da PME que têm como abrangência geográfica as seis principais regiões metropolitanas do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte.

⁵ Existem vários artigos que analisam o mercado de trabalho regional; nesta seção, enfatizamos apenas algumas características gerais, de forma a melhor contextualizar a nossa análise. Para maiores detalhes, consultar, por exemplo: Siqueira e Falvo (2007), Ramos (2007), Saboia (2001), Januzzi e Soares (2006) e Kubrusly e Saboia (2006), dentre outros.

Dado esse quadro regional, os principais indicadores de trabalho diferenciam-se em nível e evolução. Segundo a Tabela 1, a taxa de desemprego é maior, em quase todos os anos, na Região Metropolitana de Salvador, acima de 15%. Apenas no ano de 2006, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Recife ultrapassa a da de Salvador, chegando a 14,6%. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na de Porto Alegre, essa taxa mantém-se em níveis mais baixos, inferiores a 10%. Destacamos que, no ano de 2008, apenas 5,9% da População Economicamente Ativa (PEA) desta última região se encontravam na situação de desocupação.

A evolução ao longo do período não segue um comportamento monotônico decrescente ou crescente. Em determinado ano, cai a taxa de desemprego de uma região, enquanto a de outra permanece estável ou sobe. Desse modo, a evolução da taxa de desemprego parece refletir muito mais um desempenho da economia local do que da nacional, com exceção do ano de 2008, quando houve retração do desemprego em todas as regiões.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o ano de 2003 parece ter sido o mais desfavorável. Na passagem de 2002 para 2003, em todas as regiões metropolitanas, com exceção da do Rio de Janeiro, houve aumento da taxa de desemprego. O nível da taxa de desemprego nesse ano foi o mais alto do período de 2002 a 2008 nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

No que tange à taxa de inatividade (Tabela 2), verificamos que a de Recife é a mais alta, em torno de 50%. Provavelmente, parte dessa inatividade deva-se ao desalento do trabalhador, que, diante de condições adversas para a obtenção de um posto de trabalho, prefere ficar um período maior sem buscar uma ocupação. Como ele não procura efetivamente por uma ocupação, não é classificado como desempregado na semana de referência, conforme a definição da estatística da taxa de desemprego acima reportada (Tabela 1).

Tabela 2

Médias anuais das taxas de inatividade, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

(%)

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	51,6	44,3	45,5	45,7	43,0	44,0	44,8
2003	48,8	42,7	43,8	45,3	40,3	43,3	43,0
2004	50,3	42,5	42,9	45,1	40,2	43,8	43,0
2005	50,4	41,8	43,8	46,1	40,8	43,8	43,5
2006	48,9	42,7	42,0	46,0	40,9	43,5	43,3
2007	51,1	41,3	41,4	46,5	40,4	43,6	43,2
2008	52,8	43,4	41,0	46,1	40,0	42,6	43,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

A Região Metropolitana de São Paulo apresenta as menores taxas de inatividade (na maioria dos anos, em torno de 40%), ainda que não se diferenciem em muito das demais. Da mesma forma que no caso da taxa de desemprego, a evolução desse indicador não descreve um comportamento conjuntural tão claro. A Região Metropolitana de Recife é a que apresenta a maior taxa de inatividade em todos os anos analisados.

A Tabela 3 mostra que existe uma forte relação entre a proporção de ocupados no setor informal e o menor dinamismo do mercado de trabalho. Isso se evidencia para as Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador, cujo menor dinamismo da atividade econômica reflete-se em porcentagens mais elevadas de trabalhadores ocupados no setor informal (de 46% a 52% aproximadamente). A Região Metropolitana do Rio de Janeiro encontra-se em um patamar intermediário, e as três outras metrópoles apresentam taxas semelhantes, sendo que a RMPA tem a menor de todas (40,1% em 2008 e 43% em 2002).

Tabela 3

Médias anuais do percentual de trabalhadores informais,
por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	52,0	49,0	44,0	47,7	43,2	43,0	45,4
2003	54,1	48,8	45,4	47,9	45,4	43,0	46,7
2004	53,2	49,6	45,7	48,5	46,8	42,3	47,4
2005	51,0	49,3	43,7	47,8	45,5	41,7	46,2
2006	50,8	49,3	43,1	46,7	43,7	42,1	45,1
2007	47,9	48,9	42,6	45,4	43,2	41,5	44,3
2008	46,4	47,3	40,1	44,4	41,2	40,1	42,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Com relação à carga de trabalho das pessoas ocupadas, existem duas formas de mensuração: a jornada de trabalho média mensal habitual e a efetiva. A primeira capta as horas habitualmente trabalhadas, não incorporando horas extras ou momentos de folga. Estes últimos aspectos são contemplados pela mensuração da jornada de trabalho efetiva, que corresponde a uma medida mais corrente do total de horas gastas no exercício profissional. Para a análise da subocupação por horas de trabalho, um indivíduo está subocupado se deseja e tem disponibilidade para trabalhar mais horas que as horas que efetivamente trabalha naquele momento. Neste artigo, conforme já mencionado, abordamos um desses aspectos, que é a vontade de trabalhar horas adicionais às horas efetivamente trabalhadas.

A jornada de trabalho média efetiva no mês foi maior na Região Metropolitana de São Paulo, em 2003. Nos anos de 2002 e 2006, os trabalhadores da Região Metropolitana de Recife trabalharam efetivamente mais em média. Nos anos de 2004 e 2005, por sua vez, a jornada de trabalho média mensal efetiva foi maior na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse indicador foi mais baixo na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na RMPA (Tabela 4).

Tabela 4

Médias anuais da jornada média de trabalho efetiva mensal,
por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

ANOS							(horas)
	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	185	178	175	181	183	178	181
2003	177	176	171	180	182	174	179
2004	177	176	169	180	179	174	177
2005	178	177	169	180	179	172	177
2006	180	172	167	178	177	171	175
2007	178	172	168	178	176	171	175
2008	174	171	171	179	178	173	176

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

No período, verificamos redução da jornada de trabalho média efetiva mensal em todas as regiões metropolitanas. No ano de 2005, em virtude de uma tímida recuperação econômica, houve um aumento pequeno nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador.

Com relação à evolução da jornada de trabalho média habitual mensal, observamos que, nas seis regiões metropolitanas, também houve redução entre os anos de 2002 e 2008. De 2005 para 2006, a jornada de trabalho média mensal habitual apenas aumentou na Região Metropolitana de Recife e cresceu ligeiramente na de Belo Horizonte.

Com exceção do ano de 2002, a jornada de trabalho média habitual mensal sempre foi ligeiramente maior nas Regiões Metropolitanas de São Paulo ou do Rio de Janeiro. O tempo médio habitual de trabalho mensal é muito próximo entre as áreas metropolitanas ao longo dos cinco anos. A Região Metropolitana de Recife é a que apresenta um valor mais alto no início da série, tendo a jornada média declinado ao longo dos anos, tornando-se a segunda região com menor jornada média habitual em 2008 (Tabela 5).

Tabela 5

Médias anuais da jornada média de trabalho habitual mensal,
por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

							(horas)
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	190	180	180	184	186	184	184
2003	181	179	178	184	187	182	184
2004	180	179	178	184	186	183	184
2005	181	179	177	184	186	183	183
2006	185	177	178	183	185	182	183
2007	182	177	178	183	184	182	182
2008	178	175	179	183	184	181	182

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Quanto ao rendimento por hora médio (Tabela 6), conforme já observado na literatura, a Região Metropolitana de São Paulo é a que oferece os melhores rendimentos do trabalho. Por outro lado, trabalhadores das Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador possuem os rendimentos mais baixos, sem considerar o custo de vida local. As Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e do Rio de Janeiro alternam-se na segunda posição.

A análise do mercado regional de trabalho, no período, mostra que, na Região Metropolitana de Recife, quando ocupado, o indivíduo trabalha mais, em maior proporção no setor informal, e ganha menos em média. As Regiões Metropolitanas de Salvador e São Paulo chamam atenção pela elevada taxa de desemprego e, particularmente a de São Paulo, pela remuneração mais alta; a de Belo Horizonte, pela menor jornada efetiva.

Tabela 6

Médias anuais do rendimento por hora, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

							(R\$)
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	3,5	3,7	4,1	5,1	5,5	4,7	4,9
2003	3,6	4,0	4,4	5,0	5,7	5,0	5,1
2004	3,7	4,2	4,8	5,2	5,9	5,4	5,3
2005	4,0	4,6	5,2	5,5	6,4	5,6	5,7
2006	4,4	5,0	5,9	6,0	6,9	6,0	6,2
2007	4,7	5,3	6,3	6,6	7,3	6,5	6,6
2008	5,0	6,0	7,0	7,6	7,9	7,0	7,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

5 Características gerais das pessoas que desejam trabalhar horas adicionais⁶

5.1 Total

A Tabela 7 mostra o total de pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas que gostariam e que não gostariam de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas no mês de setembro de cada ano. No total das seis regiões metropolitanas, há 1,03 milhão de pessoas que estariam dispostas a aumentar a sua carga de trabalho efetiva em 2008. Desse total, 40% possuíam carga horária de trabalho semanal inferior a 30 horas. Ou seja, há também um número expressivo de trabalhadores que trabalham além do limite de 30 horas e que optariam por ampliar a jornada. Nesse grupo, poderiam existir trabalhadores que gostariam de fazer horas extras, por exemplo.

Com relação à evolução do total de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, observamos que houve um aumento de 61% de 2002 para 2003. Esse número, contudo, caiu nos dois anos seguintes, voltando a subir 13% de 2005 para 2006. De 2006 a 2008, o total de pessoas que desejam trabalhar mais permaneceu decrescendo, atingindo o valor de 1,03 milhão de pessoas em 2008. A evolução para os trabalhadores com menos de 30 horas e que desejavam trabalhar horas adicionais é similar. Houve um aumento de 48% de 2002 a 2003 e de 11% de 2005 a 2006. Para os demais anos, também houve redução.

Em termos de percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas em 2002, conforme pode ser visto no Gráfico 1, 7,2% das pessoas ocupadas no total das seis regiões metropolitanas desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas. Esse percentual aumentou para 9,1% no ano de 2003, para depois decrescer continuamente até 2005. Em 2006, 6,7% das pessoas ocupadas gostariam de trabalhar mais horas (Tabela 8).

É interessante notarmos que a tendência da porcentagem de pessoas subocupadas é similar à da taxa de desemprego. No ano de 2003, a taxa de desemprego aberto atingiu o valor de 12,4%, o mais alto da série analisada. Uma possível explicação é que, dado o baixo dinamismo do mercado de trabalho, expresso pelas oscilações na taxa de desocupação, as pessoas podem aceitar ficar ocupadas em um posto de trabalho não condizente com sua qualificação. A insatisfação no trabalho pode estar refletindo-se exatamente no desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas.

⁶ Todas as tabelas apresentadas nesta seção utilizam os pesos amostrais. Apresentaremos o subconjunto de trabalhadores que desejavam trabalhar horas adicionais e que tinham jornada inferior a 30 horas semanais apenas para as desagregações onde foram observadas diferenças significativas com relação ao grupo total de subocupados.

Tabela 7

Médias anuais do total de pessoas ocupadas, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	866 667	950 000	1 366 667	3 566 667	5 833 333	1 150 000	13 733 333
2003	1 108 333	1 166 667	1 708 333	4 266 667	7 158 333	1 450 000	16 858 333
2004	1 150 000	1 166 667	1 775 000	4 516 667	7 566 667	1 525 000	17 700 000
2005	1 191 667	1 216 667	1 891 667	4 716 667	7 916 667	1 591 667	18 525 000
2006	1 141 667	1 225 000	1 933 333	4 808 333	8 058 333	1 641 667	18 808 333
2007	1 216 667	1 333 333	2 000 000	4 808 333	8 208 333	1 616 667	19 183 333
2008	1 266 667	1 375 000	2 133 333	4 925 000	8 583 333	1 683 333	19 966 667

b) desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	117 101	79 424	145 045	251 359	309 444	158 994	1 058 333
2003	143 748	106 084	201 927	505 505	581 257	157 924	1 700 000
2004	110 007	154 657	219 334	360 109	490 124	126 530	1 458 333
2005	85 502	154 913	166 169	233 250	452 894	109 184	1 200 000
2006	164 030	178 107	241 575	205 210	470 056	93 409	1 350 000
2007	104 972	226 113	229 794	144 353	341 983	95 622	1 141 667
2008	80 634	209 081	199 521	131 425	308 766	101 812	1 033 333

Tabela 7

Médias anuais do total de pessoas ocupadas, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

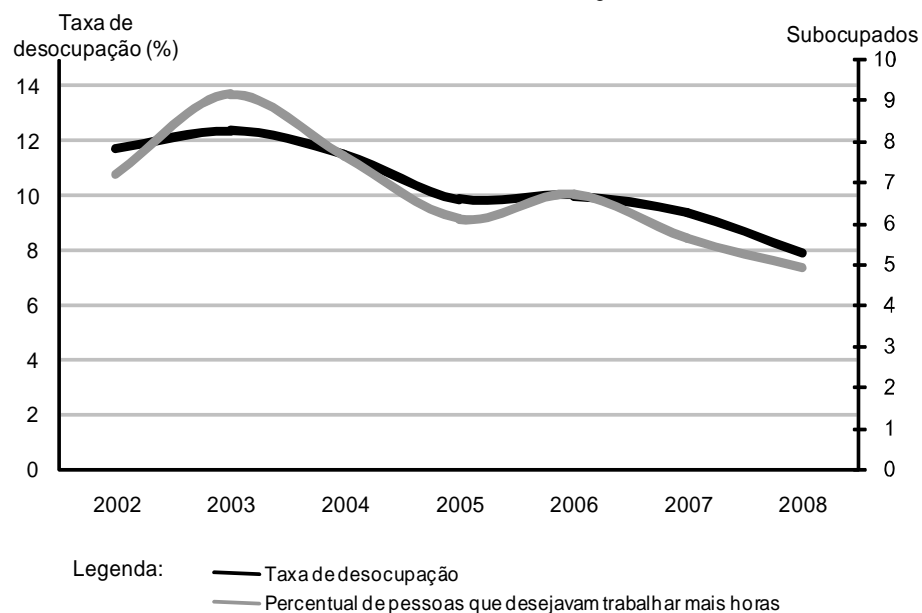
c) desejavam trabalhar mais horas e têm jornada inferior a 30 horas semanais

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	43 066	33 528	47 654	98 962	95 278	42 291	360 778
2003	58 203	41 843	72 770	128 291	182 673	50 640	534 420
2004	47 811	58 434	84 616	116 697	178 712	41 822	528 091
2005	41 146	63 366	68 655	77 846	168 753	34 373	454 140
2006	65 604	68 284	87 899	68 396	181 097	31 945	503 225
2007	48 210	84 887	83 198	53 492	140 726	35 960	446 473
2008	38 135	81 731	69 717	55 254	127 739	36 532	409 107

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Gráfico 1

Médias anuais da taxa de desocupação e do percentual de subocupados do total das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre — 2002-08



FONTA DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Tabela 8

Médias anuais do percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	11,9	7,7	9,6	6,6	5,0	12,2	7,2
2003	11,5	8,4	10,6	10,6	7,5	9,8	9,1
2004	8,7	11,7	11,0	7,4	6,1	7,7	7,6
2005	6,7	11,3	8,1	4,7	5,4	6,4	6,1
2006	12,5	12,7	11,1	4,1	5,5	5,4	6,7
2007	7,9	14,5	10,3	2,9	4,0	5,6	5,6
2008	6,0	13,2	8,6	2,6	3,5	5,7	4,9

FONTA DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Em 2002, o percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas era mais alto na RMPA: 12,2% das pessoas ocupadas nessa região desejavam trabalhar mais horas. Na Região Metropolitana de São Paulo, esse percentual era apenas de 5% (Tabela 8). A segunda região com maior percentual de pessoas que desejavam trabalhar horas adicionais era a de Recife (11,9%). No ano seguinte, a de Recife passou a ser a região cujo percentual de pessoas que desejam trabalhar mais horas foi maior (11,5%). O percentual foi mais baixo na Região Metropolitana de São Paulo (7,5%), seguido de Salvador (8,4%).

Nos anos de 2004 e 2005, na Região Metropolitana de Salvador, encontrou-se o maior percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas (11,7% e 11,3% respectivamente). Nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, foram registrados os menores percentuais nos dois anos.

Em 2006, essas duas regiões permanecem sendo as que registraram os menores percentuais de pessoas que desejavam trabalhar mais horas. Por outro lado, as de Salvador e Recife apresentaram os maiores percentuais de pessoas nessa situação, 12,7% e 12,5% respectivamente.

Nos anos de 2007 e 2008, a Região Metropolitana de Belo Horizonte passou a ser a segunda com maior percentual de pessoas subocupadas (10,3% e 8,6% em cada ano). A Região Metropolitana de Salvador continuou a registrar elevadas proporções de trabalhadores nessa situação.

Esse total de pessoas desejosas de aumentar a carga de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador é um indicativo de condições de trabalho não satisfatórias. Conforme já visto na seção anterior, as pessoas ocupadas nessas áreas possuem rendimentos mais baixos e inserem-se principalmente de maneira informal no mercado de trabalho.

Como a jornada de trabalho média nessas regiões não é tão mais baixa quanto nas demais (e, em alguns momentos, foi mais alta), o desejo de trabalhar mais horas pode estar mais associado ao fato de as pessoas ocupadas estarem ganhando menos do que ao fato de estarem inseridas em ocupações com jornadas inferiores, como em tempo parcial.

5.2 Composição do domicílio

Com relação à composição dos domicílios, não existem grandes diferenças entre o grupo das pessoas que desejavam trabalhar mais horas e o das que não desejavam trabalhar mais horas. Na maior parte das regiões metropolitanas, a proporção de pessoas que era chefe de família era ligeiramente menor no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas.⁷ Quando analisamos o grupo de trabalhadores que desejam trabalhar mais horas e que possuem jornada inferior a 30 horas semanais, observamos que o percentual de chefes de domicílio é bem menor. Esse resultado sugere que trabalhadores subocupados e com jornadas abaixo do limite são majoritariamente outros membros da família, tendo em vista que não possuem a obrigação de serem o principal sustentáculo financeiro de um domicílio.

Como pode ser visto na Tabela 9, na Região Metropolitana de Recife, em todos os anos analisados, no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas há mais chefes de família do que no grupo dos satisfeitos com a jornada de trabalho, ou seja, aqueles que não querem mudar a jornada de trabalho semanal. Na Região Metropolitana de Salvador, isso também ocorre.

Nas outras regiões, as porcentagens variam muito de um ano para outro. A principal diferença está na de Porto Alegre, onde os chefes predominam mais no grupo de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas.

Como pode ser visto na Tabela 10, o número médio de pessoas moradoras do domicílio está em torno de três e quatro. Pessoas que desejam trabalhar mais horas normalmente estão inseridas em domicílios com maior número médio de moradores. Como esperado, nas regiões mais pobres, Recife e Salvador, o número médio de moradores é maior que nas demais regiões. A RMPA tem o menor número médio de moradores no domicílio.

⁷ Destacamos que, para o total de pessoas em todas as regiões metropolitanas analisadas, os chefes de domicílio representam em média 33%. Não existem grandes diferenças regionais, conforme a PME (2002 a 2006).

Tabela 9

Médias anuais do percentual de chefes de família, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	46,5	49,0	44,3	49,6	48,5	47,5	48,2
2003	45,8	48,1	44,3	50,3	48,2	48,2	48,2
2004	44,6	47,4	43,6	50,8	48,1	48,1	48,0
2005	43,9	46,4	43,5	50,2	47,2	47,5	47,4
2006	43,7	46,4	43,2	50,4	46,1	46,9	46,8
2007	44,5	46,5	42,4	50,0	45,8	47,4	46,6
2008	46,1	46,0	42,7	50,1	46,0	47,4	46,8

b) desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	45,2	43,3	44,8	50,3	49,6	52,0	48,5
2003	43,2	48,1	43,0	50,0	49,1	50,7	48,2
2004	42,2	44,4	42,9	47,9	45,5	51,0	45,8
2005	41,6	45,9	43,8	49,4	47,8	48,9	47,0
2006	42,0	44,6	42,6	49,7	46,2	50,0	45,6
2007	41,9	44,0	42,9	48,0	44,5	47,7	44,6
2008	43,3	44,6	42,7	49,3	44,6	49,4	45,2

c) desejavam trabalhar mais horas e têm jornada inferior a 30 horas semanais							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	33,7	35,1	32,0	34,5	36,0	41,0	35,3
2003	32,2	36,2	30,2	31,0	34,7	38,6	33,4
2004	34,3	34,8	31,1	33,2	32,2	42,6	33,6
2005	35,9	38,4	33,5	34,1	36,7	40,7	36,2
2006	33,5	37,1	32,9	33,3	36,3	41,0	35,3
2007	35,2	36,1	33,2	32,5	35,0	40,1	35,0
2008	37,1	35,6	32,3	36,0	36,6	42,4	36,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Tabela 10

Médias anuais do número de moradores no domicílio da pessoa ocupada, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	4,19	4,01	4,09	3,69	3,88	3,72	3,87
2003	4,17	3,96	4,06	3,60	3,83	3,65	3,81
2004	4,13	3,96	4,03	3,59	3,76	3,56	3,76
2005	4,10	3,94	3,93	3,56	3,72	3,55	3,73
2006	4,04	3,92	3,92	3,53	3,71	3,53	3,70
2007	3,92	3,80	3,87	3,51	3,68	3,52	3,66
2008	3,75	3,72	3,78	3,46	3,62	3,45	3,60

b) desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	4,32	4,20	4,06	3,71	4,04	3,69	3,96
2003	4,26	4,05	4,08	3,62	3,90	3,65	3,86
2004	4,31	4,11	4,04	3,58	3,84	3,63	3,85
2005	4,19	4,11	3,92	3,56	3,72	3,65	3,79
2006	4,20	4,11	3,93	3,57	3,79	3,58	3,86
2007	4,04	4,02	3,88	3,50	3,77	3,55	3,82
2008	3,87	3,80	3,77	3,46	3,67	3,37	3,68

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

5.3 Características individuais

A Tabela 11 mostra que as proporções de homens no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas e no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas e com jornada abaixo de 30 horas semanais são menores que no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. Esse resultado ocorreu em todos os períodos e para todas as regiões metropolitanas. Isso indica que as mulheres, por estarem normalmente inseridas em ocupações com jornadas de trabalho menores e rendimentos inferiores, estão insatisfeitas com o trabalho. Há mais mulheres no grupo das pessoas que desejavam trabalhar mais horas do que no grupo das que não desejavam ter jornadas mais extensas, sobretudo quando consideramos o corte de 30 horas semanais.

Tabela 11

Médias anuais do percentual de homens, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	58,9	56,1	56,6	58,3	58,3	56,6	57,9
2003	58,3	55,9	56,6	58,3	57,6	57,1	57,6
2004	58,0	56,2	56,6	58,1	57,1	56,5	57,2
2005	57,7	55,7	56,1	57,7	56,7	55,6	56,8
2006	57,4	54,7	56,0	57,1	56,9	55,3	56,6
2007	57,2	54,3	55,2	57,0	56,4	55,1	56,2
2008	57,2	54,8	54,7	56,8	55,8	54,9	55,9

b) desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	55,8	51,4	51,8	50,7	56,2	57,5	54,1
2003	55,0	51,2	49,4	55,0	53,7	55,8	53,7
2004	53,8	50,3	49,0	51,1	50,1	54,7	50,9
2005	53,3	49,6	47,3	52,6	49,8	54,9	50,7
2006	53,3	47,1	49,2	50,6	48,5	51,1	49,5
2007	50,2	48,4	49,6	48,4	47,4	48,7	48,5
2008	51,2	47,4	49,1	48,4	44,8	50,1	47,6

c) desejavam trabalhar mais horas e têm jornada inferior a 30 horas semanais

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	37,4	35,2	28,9	29,3	31,0	31,4	31,5
2003	38,8	31,3	27,3	28,1	31,3	30,3	30,7
2004	38,9	32,3	27,1	27,7	28,4	29,6	29,5
2005	41,3	35,1	26,7	28,9	27,6	30,5	30,2
2006	36,9	27,0	26,2	24,6	27,9	27,4	28,2
2007	35,0	29,8	27,4	27,5	24,7	28,5	27,9
2008	37,2	29,5	25,3	23,6	24,4	30,9	27,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

No ano de 2008, na Região Metropolitana de Recife, 57,2% das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas eram do sexo masculino. Entre as pessoas que desejavam expandir a jornada de trabalho, essa proporção caía seis pontos percentuais. Na RMPA, os homens eram 55% das pessoas que não queriam aumentar a jornada de trabalho e 50% das que gostariam de aumentar a carga horária de trabalho. Na Região Metropolitana de São Paulo, em 2008, apenas 45% das pessoas ocupadas que gostariam de trabalhar mais horas eram do sexo masculino, percentual mais baixo de todas as regiões.

Com relação à cor autodeclarada da pessoa, conforme esperado, existem dois extremos: as Regiões Metropolitanas de Salvador e Porto Alegre.

Na Região Metropolitana de Salvador, o percentual de pessoas de cor branca, segundo dados da PME de 2002 a 2008, é sempre inferior a 18%. Enquanto, na de Porto Alegre, esses valores sempre são superiores a 80% em todos os anos. Dessa forma, quando analisamos o perfil dos trabalhadores que desejam e que não desejam trabalhar mais horas, essa característica regional impacta de forma expressiva os resultados.

Como pode ser visto na Tabela 12, na Região Metropolitana de Salvador, o percentual de pessoas brancas, nos dois grupos (os que desejavam trabalhar mais horas tanto quanto os que não desejavam trabalhar horas adicionais), é sempre inferior a 18% em todos os anos analisados. Nesse caso, é importante destacarmos que, para todos os anos, com exceção de 2002, os brancos moradores de Salvador estão em menor número no grupo de pessoas que desejavam ampliar a jornada de trabalho. Em 2008, por exemplo, 14,4% das pessoas que gostariam de trabalhar mais horas eram brancas.

Para todas as regiões metropolitanas e em todos os períodos analisados, a proporção de pessoas brancas é maior no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. Na RMPA, para todos os anos analisados, o percentual de pessoas brancas no grupo dos trabalhadores que desejavam trabalhar mais horas era sempre inferior ao do grupo que não desejava ampliar a jornada. Esses percentuais, de acordo com a característica regional da RMPA, são sempre superiores a 80% (Tabela 12).

No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais, a média dos anos de estudo é mais baixa que entre as pessoas que não desejavam trabalhar mais (Tabela 13). Esse resultado apenas confirma que as pessoas com maior nível de escolaridade conseguem compatibilizar o posto de trabalho com seu perfil. Pessoas com menor escolaridade têm maiores dificuldades em se inserir no mercado de trabalho da forma como querem. O leque de oportunidades ocupacionais para esse grupo de pessoas é bem mais restrito. Dessa forma, a insatisfação com a ocupação parece ser mais expressiva entre os menos escolarizados.

Tabela 12

Médias anuais do percentual de pessoas brancas, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	30,4	14,9	46,0	52,1	70,5	88,1	58,4
2003	32,5	16,4	46,6	56,7	70,0	88,5	59,7
2004	30,6	15,6	47,5	56,1	67,8	89,1	58,8
2005	31,1	17,3	47,1	54,2	66,0	89,1	57,6
2006	36,7	17,7	45,0	54,6	66,8	88,3	58,3
2007	37,1	17,7	43,8	54,9	65,9	86,9	57,5
2008	36,0	17,9	41,7	54,1	65,1	87,0	56,7

b) desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	26,7	15,0	43,1	51,6	65,8	84,2	54,0
2003	28,8	12,4	43,0	53,1	63,7	84,4	53,9
2004	27,9	12,7	40,1	51,8	62,7	84,3	50,6
2005	29,4	12,9	40,8	52,3	59,8	85,8	49,9
2006	32,9	12,9	40,9	52,3	60,6	84,7	47,9
2007	31,1	12,4	38,7	50,6	58,9	80,7	43,9
2008	27,9	14,4	37,5	52,6	61,3	83,0	45,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Em termos regionais, vale destacarmos que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou a maior média de escolaridade, em todos os anos analisados, para os ocupados que desejavam trabalhar mais horas. O inverso ocorreu com a de São Paulo, com exceção do ano de 2008, onde o grupo de pessoas ocupadas que não desejavam trabalhar mais horas tinha uma média de escolaridade mais alta que em todas as demais regiões.

Tabela 13

Médias anuais do número de anos de estudos completos da pessoa ocupada, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	8,11	8,37	8,16	8,56	8,59	8,28	8,47
2003	8,20	8,50	8,24	8,58	8,72	8,40	8,56
2004	8,38	8,67	8,42	8,71	8,84	8,55	8,70
2005	8,55	8,75	8,59	8,86	8,96	8,70	8,83
2006	8,66	8,94	8,77	8,95	9,12	8,78	8,97
2007	9,06	9,17	8,98	9,34	9,42	8,97	9,28
2008	7,33	7,91	7,58	8,10	7,45	7,54	7,66

b) desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	7,33	7,91	7,58	8,10	7,45	7,54	7,66
2003	7,31	7,85	7,54	8,24	7,59	7,47	7,76
2004	7,28	7,78	7,54	8,21	7,74	7,43	7,77
2005	7,64	7,90	7,80	8,40	7,94	7,74	7,97
2006	7,72	8,07	7,98	8,39	8,12	7,78	8,06
2007	7,74	8,22	8,07	8,79	8,16	8,24	8,20
2008	7,62	8,48	8,35	8,99	8,64	8,64	8,52

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

A Tabela 14 mostra a idade média das pessoas para cada grupo. A idade média das pessoas que desejavam trabalhar mais horas é mais baixa do que a das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. No grupo de pessoas mais insatisfeitas com a jornada de trabalho exercida, estão os mais jovens, que normalmente se inserem em ocupações informais e de menores rendimentos. Por outro lado, os mais jovens podem estar no início de carreira, apresentando, portanto, uma maior probabilidade de não terem encontrado ainda a ocupação desejada, estando mais predispostos a aceitarem ocupações com uma maior jornada de trabalho.

Em algumas regiões metropolitanas, a diferença entre os dois grupos (desejosos de trabalhar mais horas e não desejosos de trabalhar mais horas) está entre 5% e 6%. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 2008, a

idade média das pessoas que gostariam de trabalhar mais horas era de 38,87 anos, inferior à idade média das que não gostariam de trabalhar mais horas (39,6 anos). Essas diferenças são menores na Região Metropolitana de São Paulo (em todos os períodos analisados, ficou abaixo de 1,5%) e maiores nas de Recife e Salvador.

Tabela 14

Médias anuais da idade das pessoas ocupadas, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	36,29	35,84	35,60	38,00	35,75	36,44	36,42
2003	36,50	35,99	35,97	38,45	36,16	36,76	36,78
2004	36,80	36,27	36,24	38,71	36,45	37,10	37,07
2005	37,22	36,58	36,37	38,98	36,74	37,00	37,31
2006	37,35	36,85	36,58	39,18	36,76	37,15	37,43
2007	37,49	37,20	36,75	39,41	36,96	37,23	37,63
2008	37,85	37,52	36,95	39,60	37,09	37,34	37,79

b) desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	35,20	34,51	35,06	37,88	35,60	36,01	36,00
2003	35,54	34,78	35,44	37,73	36,01	36,78	36,41
2004	35,48	34,83	35,93	37,58	35,98	36,49	36,25
2005	35,60	35,05	35,75	38,09	36,41	36,39	36,41
2006	35,54	35,28	35,84	37,86	36,49	36,78	36,33
2007	35,83	35,43	36,09	37,82	36,65	37,07	36,40
2008	36,18	35,90	35,80	38,87	37,23	37,34	36,82

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

5.4 Características da ocupação

O percentual de pessoas que desejam trabalhar mais horas está inteiramente relacionado com o total de horas efetivamente trabalhadas. A Tabela 15 mostra que, em todas as regiões metropolitanas analisadas, as pessoas que desejam trabalhar mais horas durante a semana são as que efetivamente têm uma jornada média mensal inferior.

Na Região Metropolitana de Recife, por exemplo, em 2004, as pessoas que não queriam aumentar a jornada de trabalho semanal trabalhavam, em média, no mês, 182,26 horas. As que gostariam de trabalhar mais horas tinham jornada média mensal de 121 horas, aproximadamente 49% mais baixa.

Nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, as pessoas que desejavam trabalhar mais horas, em 2008, trabalhavam de 124,44 a 116,23 horas em média. Enquanto, em Porto Alegre, as pessoas que não queriam trabalhar mais tinham jornada média mensal de 175,64 horas; em São Paulo, essa jornada era de 180,46 horas.

As menores diferenças, em termos de jornada média mensal de trabalho no ano de 2008 estão nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. Em Belo Horizonte, a jornada das pessoas que não desejavam trabalhar horas adicionais era a mais baixa (174,69 horas). Das que gostariam de trabalhar mais, esse indicador era de 125,67 horas. Em Salvador, esses valores eram de 177,45 e 130,72 horas respectivamente.

De acordo com a Tabela 16, grande parte dos trabalhadores ocupados que desejavam ter uma jornada de trabalho maior que a efetiva estavam com uma jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais. Em todas as regiões metropolitanas, quase sempre, mais de 15% e 20% tinham jornada de trabalho efetiva inferior a 40 horas semanais.⁸ Recife, Salvador e Belo Horizonte são as regiões onde a proporção de trabalhadores desejosos de exercer uma jornada de trabalho superior à efetiva foi mais alta.

⁸ Optamos por fazer as tabelas para o corte de 40 e 44 horas semanais. Apesar de a jornada de trabalho legal no Brasil ser de 44 horas semanais, muitos trabalhadores cumprem a jornada de 40 horas na semana, excluindo as quatro horas do sábado.

Tabela 15

Médias anuais da jornada média mensal das pessoas ocupadas, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

							(horas)
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	191,55	180,87	179,38	184,44	184,93	182,94	184,22
2003	183,94	179,33	176,43	183,96	185,44	178,86	183,06
2004	182,26	181,12	174,57	182,76	182,49	177,18	181,20
2005	182,35	181,79	173,80	181,98	181,91	174,86	180,51
2006	186,44	177,51	171,97	179,66	180,04	173,63	178,78
2007	182,27	178,59	172,66	179,41	178,56	174,38	178,04
2008	177,40	177,45	174,69	180,03	180,46	175,64	178,93

b) desejavam trabalhar mais horas

							(horas)
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	135,07	128,48	131,67	129,34	140,30	140,06	135,03
2003	125,36	135,04	126,05	147,28	136,67	129,58	136,85
2004	121,99	137,98	118,70	143,77	125,81	129,32	130,48
2005	116,11	131,62	116,16	141,08	124,89	134,56	127,95
2006	128,86	128,31	123,13	136,87	121,69	125,44	126,25
2007	120,30	131,96	123,08	130,92	114,32	120,64	122,75
2008	111,98	130,72	125,67	128,87	116,23	124,44	123,08

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Tabela 16

Médias anuais do percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas, segundo o tamanho de sua jornada de trabalho, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	27,8	19,2	22,2	15,9	15,3	25,6	18,6
2003	26,8	20,0	24,8	24,3	21,0	22,3	22,8
2004	23,6	26,8	25,4	18,5	17,4	16,9	19,7
2005	20,7	28,5	20,6	12,7	15,1	13,8	16,4
2006	30,5	27,5	22,3	10,8	14,4	12,0	16,6
2007	23,0	31,0	21,7	8,6	11,3	13,5	14,8
2008	18,5	29,5	19,4	8,1	10,9	14,5	13,9

b) jornada de trabalho inferior a 44 horas semanais

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	17,4	10,3	12,4	8,8	6,5	15,6	9,4
2003	16,9	10,5	14,0	13,5	10,0	13,4	12,1
2004	13,0	14,9	14,5	9,4	8,5	10,5	10,3
2005	10,4	15,6	10,9	6,0	7,5	8,2	8,3
2006	18,3	16,9	14,1	5,2	7,5	7,0	8,9
2007	11,8	19,2	13,7	3,9	5,6	8,1	7,7
2008	9,2	17,5	11,5	3,5	5,2	8,4	7,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Com relação aos rendimentos por hora mensais (em logaritmo), na maioria das vezes, as pessoas que desejavam trabalhar mais horas de trabalho eram também as que ganhavam menos em relação às pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. A exceção ocorreu em 2008. Para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, esse fenômeno também ocorreu em alguns anos (Tabela 17). Destacamos que, para o subgrupo de trabalhadores que desejavam trabalhar mais e que tinham jornada inferior a 30 horas semanais, o rendimento horário foi maior do que para o grupo como um todo.

Tabela 17

Médias anuais do rendimento médio mensal por hora das pessoas ocupadas, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

(R\$)

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	3,50	3,75	4,14	5,07	5,54	4,69	4,96
2003	3,68	4,10	4,46	5,01	5,75	5,01	5,12
2004	3,79	4,32	4,88	5,19	5,99	5,39	5,37
2005	4,06	4,73	5,23	5,56	6,38	5,69	5,73
2006	4,54	5,18	5,96	6,07	6,90	6,00	6,26
2007	5,13	6,22	7,06	7,63	7,91	6,98	7,38
2008	3,42	3,27	4,06	5,87	5,02	4,56	4,71

b) desejavam trabalhar mais horas

(R\$)

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	3,42	3,27	4,06	5,87	5,02	4,56	4,71
2003	3,05	3,64	4,36	5,21	5,16	5,39	4,83
2004	3,03	3,21	4,44	5,04	5,23	4,98	4,66
2005	3,76	3,66	5,09	5,25	6,02	5,14	5,19
2006	3,86	4,11	5,73	5,60	6,70	5,84	5,61
2007	3,87	4,30	5,77	6,59	7,06	6,92	5,88
2008	3,99	5,02	6,50	7,11	8,65	7,82	6,84

c) desejavam trabalhar mais horas e têm jornada menor que 30 horas semanais

(R\$)

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	3,69	3,13	4,64	7,68	6,10	5,62	5,72
2003	3,42	3,77	5,00	6,93	6,25	6,76	5,80
2004	3,09	3,52	4,82	7,05	5,90	5,99	5,48
2005	3,89	3,72	5,14	6,96	6,72	6,42	5,83
2006	3,98	4,29	6,20	7,30	7,05	6,88	6,15
2007	4,03	4,55	6,03	8,72	7,71	7,71	6,52
2008	4,23	5,29	7,42	8,90	8,34	8,08	7,24

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais, a proporção que contribuía para a Previdência é bem inferior à do grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas (Tabela 18). Em 2008, na Região Metropolitana de Recife, 59,7% das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas contribuía para a Previdência. Esse percentual era de 20,8% no grupo de pessoas que gostariam de aumentar a jornada de trabalho. Na RMPA, essas proporções eram de 71,4% e 46,6% respectivamente.

Tabela 18

Médias anuais do percentual de pessoas que contribuem para a Previdência, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	55,6	57,2	65,8	63,1	66,4	69,6	64,4
2003	53,0	57,6	64,3	63,5	64,4	69,1	63,3
2004	52,8	57,2	63,9	62,4	63,1	69,2	62,5
2005	55,3	58,0	66,3	62,8	64,8	69,6	63,8
2006	57,4	59,4	68,5	63,4	65,6	69,5	64,8
2007	59,0	60,5	68,8	65,0	66,4	70,1	65,7
2008	59,7	61,2	70,3	65,7	68,3	71,4	67,1

b) desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	33,8	37,0	44,3	42,9	45,0	52,3	43,7
2003	28,4	37,7	38,9	42,9	39,3	46,4	40,0
2004	23,2	33,1	37,5	38,9	32,7	42,8	35,2
2005	27,0	33,5	37,2	39,8	38,7	43,1	37,6
2006	30,0	35,5	42,5	39,0	40,2	40,3	38,6
2007	25,9	34,5	40,3	42,2	37,1	42,0	37,2
2008	20,8	34,9	45,3	40,9	38,0	46,6	38,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

No tocante ao tempo de trabalho, em todas as regiões metropolitanas e em todos os períodos analisados, no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas, o tempo de permanência na ocupação era maior, como pode ser visto na Tabela 19. Mais de 60% dessas pessoas estavam na ocupação por mais de um ano. Para as pessoas que desejavam ampliar a jornada de trabalho, essa proporção variava de 50% a 60%.

Tabela 19

Médias anuais do percentual de pessoas cujo tempo de trabalho é superior a um ano, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	66,5	64,6	63,5	67,6	65,7	64,3	65,8
2003	67,1	65,7	64,2	71,4	66,7	66,3	67,6
2004	69,0	66,9	63,3	71,5	66,9	67,4	67,9
2005	69,8	67,4	64,0	72,3	67,2	66,2	68,2
2006	67,7	67,2	63,7	72,9	66,4	66,5	67,9
2007	68,6	68,7	62,4	73,7	67,9	66,4	68,8
2008	69,7	67,5	61,8	73,6	66,2	65,1	67,8

b) desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	59,3	57,3	53,4	62,7	56,8	55,8	57,9
2003	61,1	57,8	53,1	62,5	55,2	59,2	58,2
2004	62,3	57,9	54,8	63,1	52,8	57,4	57,3
2005	59,1	58,8	53,2	63,8	54,8	57,4	57,4
2006	57,2	58,8	53,3	63,1	56,3	55,5	57,2
2007	58,3	60,4	52,6	64,9	56,3	57,9	57,8
2008	60,7	59,6	52,0	63,6	54,4	56,4	56,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Esse resultado mostra que as pessoas que estão mais satisfeitas com a carga horária de trabalho têm menos motivos para mudar de ocupação do que as que não estão satisfeitas. No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, o tempo de permanência na ocupação tende a ser menor, tendo em vista que há um desejo de modificar uma característica implícita do posto de trabalho no qual a pessoa está inserida (a jornada).

Como esperado, a grande maioria das pessoas que desejavam trabalhar mais horas estava inserida em ocupações que exigem, em maior medida, habilidades manuais e, portanto, requerem menor nível de escolaridade (Tabelas 20 e 21). Enquanto, em quase todas as regiões metropolitanas e anos analisados, a proporção de trabalhadores informais que desejavam trabalhar mais horas atingia 70%, esse indicador, para os trabalhadores que não desejavam trabalhar mais horas, na maior parte dos casos, não ultrapassava 50%. Situação similar ocorria para os trabalhadores com qualificação manual, sempre mais representativos no grupo de pessoas insatisfeitas com a carga horária de trabalho mensal. O mesmo fenômeno acontece para o subgrupo dos subocupados com jornada abaixo do limite de 30 horas semanais.

Tabela 20

Médias anuais do percentual de pessoas no setor informal, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	49,5	47,6	42,1	46,5	42,2	41,1	44,0
2003	51,5	47,3	42,8	45,8	43,7	40,9	44,7
2004	50,6	47,0	42,9	46,9	45,2	40,5	45,5
2005	49,1	46,9	41,5	46,9	44,2	40,1	44,8
2006	47,6	46,6	40,3	45,9	42,4	40,6	43,5
2007	45,4	45,4	39,9	44,8	42,1	40,0	42,8
2008	44,2	44,0	38,1	43,9	40,2	38,8	41,3

b) desejavam trabalhar mais horas							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	71,0	67,4	64,4	67,3	63,3	57,1	64,6
2003	75,8	66,6	68,1	66,0	67,4	62,3	67,2
2004	80,4	70,3	69,6	69,9	73,5	65,2	71,5
2005	78,3	69,7	70,6	67,7	68,5	65,1	69,2
2006	74,3	69,1	65,9	68,4	66,6	69,6	68,2
2007	78,6	70,3	67,6	66,5	70,9	66,6	69,9
2008	82,9	69,4	62,5	68,3	70,3	62,9	68,6

c) desejavam trabalhar mais horas e têm jornada inferior a 30 horas semanais							
ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	89,8	86,8	87,5	86,8	90,0	85,5	87,9
2003	92,3	88,4	89,6	88,2	90,8	85,0	89,4
2004	92,8	90,7	89,1	86,5	93,5	83,7	90,1
2005	91,8	91,4	90,3	88,0	92,6	86,1	90,7
2006	91,7	91,0	88,3	88,6	91,6	86,0	90,2
2007	92,6	91,1	90,8	86,2	93,7	85,1	91,0
2008	93,9	91,0	87,5	84,5	91,5	84,4	89,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

Tabela 21

Médias anuais do percentual de pessoas cujo nível de qualificação é manual, segundo o desejo, ou não, de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas, por região metropolitana, no Brasil — 2002-08

a) não desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	27,7	36,5	37,2	33,9	33,9	37,9	34,3
2003	32,0	36,2	36,8	32,2	34,2	37,9	34,3
2004	32,8	35,6	36,1	32,6	34,4	38,2	34,4
2005	33,9	36,9	37,2	33,2	34,9	38,1	35,0
2006	33,0	36,3	36,0	33,2	34,8	37,9	34,8
2007	33,3	38,0	35,8	32,3	34,7	38,1	34,6
2008	33,0	37,2	35,6	32,2	34,1	37,5	34,2

b) desejavam trabalhar mais horas

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	33,7	42,4	41,9	40,1	43,9	43,5	41,4
2003	40,3	43,3	44,4	36,7	43,1	45,8	41,4
2004	40,8	45,4	47,2	39,4	45,3	47,0	44,0
2005	42,0	47,7	48,7	38,7	45,3	48,8	44,9
2006	41,9	49,0	45,4	37,8	46,4	47,6	44,8
2007	44,2	48,0	47,4	37,0	48,3	45,6	46,0
2008	47,3	46,9	45,3	37,9	45,9	42,3	44,7

c) desejavam trabalhar mais horas e tem jornada inferior a 30 horas semanais

ANOS	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	TOTAL
2002	36,8	51,6	47,7	44,6	47,4	41,8	45,1
2003	44,4	52,1	52,8	40,8	46,7	48,4	46,5
2004	44,1	52,7	52,8	40,7	51,0	49,8	48,5
2005	44,5	59,5	56,3	43,5	53,5	53,7	52,2
2006	45,9	59,6	53,6	44,0	56,1	52,6	52,9
2007	49,5	58,2	55,0	40,8	57,9	52,7	54,0
2008	51,7	54,6	53,1	43,3	55,0	47,0	52,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PME-IBGE.

6 Considerações finais

A subocupação por insuficiência de horas de trabalho é um fenômeno pouco estudado no caso brasileiro. Um dos aspectos da subocupação por horas de trabalho é o desejo de trabalhar horas adicionais. Assim como na literatura internacional, as características da subocupação no Brasil metropolitano sugerem que essa é uma alternativa à busca de emprego concomitante à realização de um trabalho precário, uma vez que o indivíduo precisa aumentar o nível de renda e/ou assegurar ganhos de experiência que possam, futuramente, ampliar sua “empregabilidade”.

Analisando os dados da PME para o caso brasileiro, verificamos que o percentual de pessoas ocupadas insatisfeitas com a jornada de trabalho era de 5% em 2008, correspondendo a um total aproximado de 1 milhão de pessoas. No período analisado, houve decréscimo dessa parcela de trabalhadores, após aumento significativo em 2003, o que impediu que a proporção de pessoas que desejavam ter uma jornada de trabalho maior voltasse ao nível de setembro de 2002.

Considerando as questões propostas por este trabalho, podemos, em primeiro lugar, afirmar que existe, sim, uma diferença regional relativa a esse fenômeno. As Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador são as que apresentam maiores proporções de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, ao passo que as de São Paulo e Rio de Janeiro são as de menores proporções.

Em segundo lugar, há, sim, uma relação entre insuficiência de horas trabalhadas e insuficiência de renda. As pessoas que desejam trabalhar mais horas são as que apresentam menores jornadas e, nessa condição, recebem rendimentos mais baixos. E essa relação é ainda mais nítida nas metrópoles nordestinas.

Embora não tenhamos introduzido nenhuma medida de pobreza neste trabalho, o fato de a subocupação prevalecer nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador *vis-à-vis* às outras metrópoles analisadas, de estar sobrerrepresentada entre os de menor nível de rendimento e entre os ocupados no setor informal, em ocupações manuais, é uma evidência da associação entre essa condição de ocupação e a de pobreza.

O fenômeno de subocupação atinge principalmente as mulheres, os negros, os menos escolarizados e os jovens. De acordo com diversos estudos sobre pobreza, dentre eles o de Ribas e Machado (2007), esses grupos são os mais vulneráveis à privação de renda. Apesar de não termos analisado indicadores de pobreza desses grupos, o resultado apresentado por Ribas e Machado (2007) sugere que há uma associação entre subocupação e pobreza a ser investigada.

Referências

- ASHENFELTER, O.; HECKMAN, J. **Estimating labor supply functions**. Princeton, N. J.: Princeton Univ., 1972. (Working paper, 409).
- EHRENBERG, R. S.; SMITH, R. G. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- IBGE. **Pesquisa mensal do emprego**. Rio de Janeiro, 2002. (Relatórios metodológicos, v. 23).
- JANUZZI, J.; SOARES, M. **As várias faces do mercado de trabalho**. Minas Gerais: Imprensa Oficial, 2006.
- KUBRUSLY, L. S.; SABOIA, J. Uma análise multivariada da população ocupada nas regiões metropolitanas brasileiras. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 411-436, out. 2006.
- MORTENSEN, Dale T. Job Search, the duration of unemployment, and the Phillips curve. **American Economic Review**, v. 60, n. 5, p. 847-862, Dec 1970.
- OIT. Resolução relativa à medição da subocupação e das situações de emprego inadequado. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DAS ESTATÍSTICAS DE TRABALHO, 16., Genebra, 1998. **Relatório**. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: jul. 2007.
- RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão, 1255).
- RIBAS, R. P.; MACHADO, A. F. **Distinguishing chronic poverty from transient poverty in Brazil: developing a model for pseudo-panel data**. S. I.: International Poverty Centre, 2007. (Working paper, 36).
- RISSMAN, E. R. **Self-employment as an alternative to unemployment**. Chicago: Federal Reserve Bank, 2003. (Working paper, 34).
- SABOIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Revista Nova Economia**, v. 11, n. 2, dez. 2001.
- SIQUEIRA, H.; FALVO, J. F. As interações entre a dimensão urbano-regional e a estrutura de ocupações nas metrópoles nordestinas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 10., Salvador, 2007. **Anais...** Salvador: ABET, 2007.